[1]

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

ATA DA REUNIÃO DO MÊS JULHO DE 2024 DO CEDM

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às 9 horas e quinze minutos em segunda chamada, no formato presencial na Sala de Situação no 4° andar do Palácio das Araucárias sito a Rua Jacy Loureiro s/n e por web conferência pela plataforma do Google Meet com Link: meet.google.com/sdf-uvov-akt; deu-se início a reunião ordinária do CEDM. Estavam presentes; **Conselheiras Representantes Governamentais**: Suplente: Adriana Siuta Lemos (SEMIPI); Titular: Andrea Mary Cuéllar Tramujas (SEEC); Titular: Jussara Fátima Ribeiro (SEAB); Titular: Silvana de Melo Ribas (SEED); Titular: Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU); Titular: Mariana Silva da Costa (SETR); Titular: Carolina Bolfe Poliquesi (SESA); Suplente Carla Konieczniak Aguiar (SESA); Suplente: Desireé Barbosa Santiago (Casa Civil); Suplente: Jociane Juliana Lino Silva (SEDEF); **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil**: Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM); Titular: Tais Adams Gramowski (APP/Sindicato); Titular: Carmen Regina Ribeiro (RFS); Titular: Marcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT); Suplente: Ana Claudia Justino Sérgio Gianni (RMN); Titular: Rosalina Batista (ASSEMPA); Suplente: Silvana Rausis Fcachenco (ASSEMPA); Titular: Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL); Titular: Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR); Suplente: Renata Borges Branco (Casa de Malhu); Titular: Rockmillys Basante Palomo (Ação Social Irmandade sem Fronteiras); Titular: Ana Cláudia Marochi (SINDIEDUTEC); Suplente: Lisandra Maria Kovaliczn Nadal (SINDIEDUTEC); **Colaboradoras(es) e Convidadas(os)**: Fernanda Cristina Heberle; Sionara de Paula; Sueli Galhardi; Nadia de Oliveira; Eduardo Agostini Perelles; Pamela Ribeiro Velho; Anelise Bonatto; Carmen Zadra; Helena Grassi Fontana; Jussara Aparecida Ribeiro; Deise Tokano; Janaina de Oliveira Plasido; Ana Paula Gorgen; Manuelle Quines; Brenda Lopes; Márcia Paes; Mariana Abram; Nataly Murray; Larissa Sayuri; Renata Torres; Sandra Frasson; Zaira Sachetti; item um; **1) Boas vindas da Presidente:** Devido as ausências justificadas da Presidente e Vice Presidente, a Conselheira Maria Isabel Pereira Corrêa, que é a integrante mais antiga deste Conselho, presidirá esta reunião, Maria Isabel deseja um bom dia, dá boas vindas a todas e todos que estão presencial e também no formato virtual, diz que hoje tem uma plenária cheia e isso é bem importante, fala que também é importante destacar que neste mês acontecem os eventos do “Julho das Pretas” também, uma luta importante no país e lutas é o que não faltam pois todos os dias se acorda com questões que pareciam já terem sido superadas então fazem lembrar a importância desse Conselho e a importância do papel de Conselheiras, sejam governamentais, sejam da sociedade civil porque é da luta desse Conselho que dependem todas essas mulheres paranaenses, principalmente aquelas que estão se organizando nos municípios e que estão construindo seus conselhos municipais, que estão fazendo frente principalmente à violência contra as mulheres através do fundo que foi repassado, que foi conquistado por esse Conselho e pela Secretaria da Mulher com tanto esforço, declara aberta a reunião; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** Após apreciação da pauta, a mesma foi aprovada; item três; **3) Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Mês de Junho de 2024**: Ata sem contribuições, aprovada; item quatro; **4) Informes da Secretaria Executiva**: A Secretária Executiva Kaomi Maltez Alves deseja um bom dia a todas e todos, justifica a ausência da Presidente Ivanete que estará representando a Rede Nacional de Mulheres Negras Evangélicas (RNMNE) no Encontro da Frente Parlamentar Feminista Antirracista - Participação Popular (FPFAR - PP) de 02 a 04/07/2024, em Brasília, também a ausência da Vice Presidente Mariana de Sousa Machado Neris por motivo de férias, informa que foi recebido o pedido de desincompatibilização da Conselheira Suplente Celina do Carmo da Silva Wotcoski da APP/Sindicato em razão de ser pré-candidata para o cargo eletivo de Vereadora em Araucária, informa que a Presidente Ivanete participou do “III Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” (FOVID/PR) no dia 19 de junho em Curitiba, participou também dos eventos “VI Seminário sobre Violência Política de Gênero: precisamos falar sobre isso” no dia 20 de junho em Cascavel e “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” no dia 21 de junho em Foz do Iguaçu, informa que a Presidente Ivanete foi convidada a participar com momento de fala na 369ª Reunião Plenária do Conselho Municipal da Saúde

[1] Publicada no DIOE n° 11722 de 13/08/2024

de Araucária, na qual a conselheira Carmen Regina será a representante, informa também que a Presidente Ivanete foi convidada para a Solenidade de entrega das Equipagens para a Promoção da Igualdade Racial em Curitiba no dia 25/06, na Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) e também convidada a participar da "2ª Caminhada do Meio-Dia – Paraná Unido no Combate ao Feminicídio", na qual não poderá participar por motivo de férias, e solicita que todas as Conselheiras sejam convidadas e também os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, informa que o CEDM foi convidado para participar da solenidade de assinatura do Protocolo de Intenções referente às parcerias entre a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, o Município de Inácio Martins e o Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional – CONDER em 04 de julho de 2024 e também que a Presidente Ivanete foi convidada a participar do Projeto "Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino – CEEF UNICENTRO" no dia 04 de julho de 2024, não poderá comparecer, e socializou o convite para todas as Conselheiras, continua os informes falando dos ofícios recebidos: Ofício nº 137/2024 do Conselho Estadual de Saúde do Paraná informando que o mesmo apoia a Moção nº 04/2023 do CEDM referente a Lei da Violência Obstétrica, Ofício 018/2024 do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Londrina referente a moção de apoio ao Néias - Observatório de Feminicídios Londrina, Ofício 019/2024 para MATRIA referente a resposta ao ofício sobre mulheres trans e o uso de banheiros por gênero, Ofício 068/2024 da Secretaria da APP Sindicato informando a desincompatibilização da Conselheira Celina do Carmo da Silva Wotcosk, e indicando como suplente substituta Jussara Aparecida Ribeiro, fala agora com relação aos ofícios encaminhados, Ofício nº106/2024 para a SEED solicitando aprofundamento sobre as pautas de atestados médicos, plataformização e militarização das escolas, Ofício n°107/2024 para o CEDCA solicitando dados sobre a violência, para aprofundamento e posterior agendamento de reunião conjunta, Ofício n°108/2024 para a SESP referente a questionamentos sobre o Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, Ofício n°109/2024 para a SESP referente a sugestão de inclusão de palestra sobre mulheres trans em curso de formação de oficiais, Ofício n°110/2024 Resposta a MATRIA, enviado ofício e nota pública "Mulheres Trans têm Direitos", Ofício n°111/2024 referente a Indicação para composição do Conselho Gestor dos Programas ''Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude – NEDDIJ" e "Núcleo Maria da Penha – NUMAPE", Ofício n°112/2024 referente a resposta ao NUDEM sobre a Adesão a Carta – Compromisso da AMIOR, Ofício n°113/2024 referente ao envio da Carta-Compromisso da AMIOR para o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres, Ofícios do n°114 ao n°120 para a Universidade Estadual do Paraná, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Norte do Paraná ambos referentes a solicitação de informações sobre existência de observatórios e grupos de extensão sobre gênero, diversidade de gênero e raça, finaliza os informes falando dos memorandos, Memorando n° 05 ao NFS/SEMIPI, solicitação de informações sobre os valores do fundo disponibilizado para utilização das viagens das conselheiras e Memorando n° 06 a Diretoria Geral/SEMIPI, solicitando informações sobre a possibilidade de um observatório Estadual sobre grupos de extensão sobre gênero, diversidade de gênero e raça, Maria Isabel agradece Kaomi pelos informes e passa para o próximo ponto de pauta; item cinco; **5) Relatório das Comissões Permanentes: 5.1) Comissão de Trabalho e Autonomia:** Conselheiras Presentes: Taís Adams Gramowski (APP/Sindicato), Márcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT), Mariana Silva da Costa (SETR), Mariluce Santos de Pontes Gogosz (SETR), Demais presentes: Anelise Bonatto, Kaomi Maltez Alves, Sandra Paizani, reunião realizada no dia 27 de junho de 2024, ***Pauta 1*** – Protocolo nº 22.286.345-7, ofício a SEED solicitando novo aprofundamento com as conselheiras a respeito das seguintes pautas: afastamentos das docentes por atestado médico e prejuízos funcionais, militarização e plataformização das escolas. Em resposta ao ofício 106 de 2024 do Conselho Estadual da Mulher de solicitação de agendamento de reunião com SEED- Secretaria de Estado da Educação PR, com as pautas: afastamento dos docentes por atestado médico e prejuízos funcionais; militarização das escolas; plataformização da educação nas escolas e pautas sobre os direitos da mulher e questões de gênero no Conselho Estadual de Educação. A diretoria da Educação indicou realização de reunião no dia 05 de julho de 2024 as 10 horas na sede da SEED/PR com o Diretor de Educação da Secretaria de Estado da Educação , o Sr. Anderfábio Oliveira dos Santos e equipe. A comissão recebeu da conselheira Taís Adams, durante a reunião, documentos com maiores dados a respeito de cada tema encaminhados à SEED pela APP/Sindicato com as argumentações e dados demonstrando o porquê da contrariedade de resoluções e leis a partir dos temas acima que dificultam o trabalho, promovem o assédio e em muitos casos afetam a saúde de trabalhadoras

da Educação e estudantes. Como encaminhamento foi apresentada a necessidade de subdividir os temas para providenciar um resumo para as conselheiras que participarão da reunião e também para as demais, haja vista o pouco tempo e o volume dos documentos apresentados. Documentos apresentados: Processo 19.835.684-0 do ano de 2022: Impugnação Resolução 7.976/2022 - GS/SEED (distribuição de aulas 2023); Processo 21.471.945-2 do ano de 2023: Trata de pedido de impugnação e pedidos de esclarecimentos e sugestões de mudanças na Resolução no 8633/2023 - GS/SEED Ações Judiciais em relação a implantação das escolas Cívico-Militares: 1. Ação Civil Pública em 2020 - questionando o chamamento da consulta e demais itens, ainda sem julgamento. Nesta ação ainda não tínhamos noção de como seria a implantação, nem se tinha definido o método de uso do manual das escolas cívico-militares; 2. Ação Civil Pública em 2023 - questionando o programa inteiro, a nova lei, a implantação, a consulta, o manual, entre outras questões ainda sem julgamento; 3. Ação Civil Pública Município de Rondon - questionando a implantação em única escola do município e o manual; 4. Ação Civil Pública Município de Terra Boa - questionando a implantação em única escola do município e o manual; 5. Ação Civil Pública Município de Terra Rica - questionando a implantação em única escola do município e o manual; Intervenções junto ao Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública. Existem ainda duas ações de inconstitucionalidade, uma proposta no STF pelos Partidos Políticos: PT, PC do B e PSOL e uma ação aqui no tribunal do Estado proposta pela bancada de oposição; com relação à plataformização foi trazido a este Conselho documento produzido pelo Sindicato no passado intitulado: “Documento Sobre a Condição das Educadoras da Rede Pública Estadual ao Conselho Estadual da Mulher” e agora foi recebida pesquisa realizada pelo IPO/PR, sobre a percepção dos professores sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná, ***Parecer da Comissão***: Inclusão da pauta de terceirização das funcionárias conforme Documento sobre a condição de trabalho das educadoras da rede pública estadual ao Conselho Estadual da Mulher de 23 de abril de 2024. E da pauta da recente lei que possibilita a privatização das escolas públicas no Estado do Paraná. Destaca ainda a importância da participação nessa reunião da presidência da APP Sindicato Walkiria Olegário Mazeto e da Secretária Educacional da APP/Sindicato Margleyse Adriana dos Santos, e demais dirigentes da entidade que tenham interesse de participar, além da participação da Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher Ivanete Paulino Xavier e demais conselheiras que tenham interesse, ***Parecer do CEDM***: Participantes da reunião com a SEED dia 05/07/2024 as 10:00 horas. Maria Isabel Pereira Corrêa, Carmen Regina Ribeiro, Carla Koniecznіak Aguiar, Anelise Bonatto, ***Pauta 2*** - Apresentação de Anelise Bonatto da SEMIPI como apoio técnico da Comissão de Trabalho e Autonomia, ***Parecer da Comissão***: Ciente do novo apoio técnico e boas vindas, ***Parecer do CEDM***: Ciente; **5.2) Comissão de Comunicação, Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos Municipais:** Conselheiras Presentes: Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL), Rosalina Batista (ASSEMPA), Silvana Rausis Fcachenco (ASSEMPA), Jussara Fátima Ribeiro (SEAB), Demais presentes: Deise Tokano, Kaomi Maltez Alves e Sandra Paizani, reunião realizada no dia 28 de junho de 2024, ***Pauta 1*** - Protocolo nº 22.287.173-5 – Encaminhado ofício ao CEDCA solicitando dados sobre violência contra crianças e adolescentes para subsidiar uma reunião conjunta do CEDM com o CEDCA. – Resposta do CEDCA no protocolo, ***Parecer da Comissão***: A Comissão solicitará novamente os dados que não foram passados no Processo de Nº 22.287.173-5 a fim de subsidiar reunião conjunta do CEDM e CEDCA, que será agendada em agosto, pois no dia proposto na resposta da Presidente do CEDCA não haverá possibilidade por motivo de conflito de agenda, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 2*** – Planejamento/Plano de Trabalho da Comunicação do CEDM – Elaborar texto de ofício de solicitação, a ser encaminhado para ASCOM, ***Parecer da Comissão***: Será feito um Ofício pela Secretária Executiva, Kaomi Maltez Alves, para enviar ao Setor de Comunicação da SEMIPI,a fim de desenvolverem um plano de trabalho para divulgação das ações/atividades e participações do CEDM na mídia, esclarecendo a todo os cidadãos sobre o papel do Conselho Estadual e garantindo que as pessoas de forma geral, sejam informadas, ***Parecer do CEDM***: Encaminhar ofício ASCOM/SEMIPI abordando as necessidades do CEDM, para construção do plano de trabalho e agendamento de reunião, ***Pauta 3*** - Mais técnicos da Secretaria para contribuir com o plano de trabalho da Comissão – Inserido Deise Tokano para Comissão de Comunicação, Mobilização e Acompanhamentos dos Conselhos e Anelise Bonatto para Comissão de Trabalho e Autonomia, para ciência, ***Parecer da Comissão***: Aprova a participação de Deise Tokano, após se apresentar como apoio técnico da Comissão, e a recebe com boas vindas, ***Parecer do CEDM***: Ciente; **5.3) Comissão de Planejamento e Orçamento**: Conselheiras presentes: Mariana de Sousa Machado Neris, Bruna Ravena Braga dos Santos, Ana Cláudia Justino Sérgio Gianni, Joseli Collaço, Silvana de Melo Ribas, Rockmillys Basante Palomo, Demais presentes: Sandra Paizani, Kaomi Maltez Alves, Carmen

Zadra, Cristina Viana e Pamela Ribeiro Velho, reunião ocorrida em 26 de junho de 2024, ***Pauta 1*** - Informes sobre o andamento da execução dos repasses do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher decorrentes da Deliberação nº 4/2024 – Carmen Zadra (SEMIPI), ***Parecer da Comissão***: Ciente, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 2*** – Apresentação do comparativo das ações do PPA 2020-2023 e 2024-2027 – Cristina Viana SEPL/SEMIPI, ***Parecer da Comissão***: Ciente, ***Parecer do CEDM***: Ciente. Fazer a leitura e solicitar apresentação na próxima plenária em Agosto, ***Pauta 3*** – Informe sobre envio de ofícios às universidades do Paraná acerca da existência de observatórios e grupos de extensão sobre gênero, diversidade de gênero e raça. (protocolos diversos), Protocolo n° 22.313.600-1 - Retorno Unioeste, ***Parecer da Comissão***: Encaminhar todas as respostas ao Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra a Mulher para ações coordenadas e integradas, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 4*** – Apreciação do calendário anual já enviado previamente às conselheiras para proposição de ações e campanhas a serem desenvolvidas pelo CEDM, seguindo o calendário das datas comemorativas – Caso necessário, havendo identificação de datas não previstas, as conselheiras poderão colaborar com a inclusão de novas datas para o planejamento de ações do conselho, ***Parecer da Comissão***: Solicitação de apoio a todas as conselheiras na mobilização para a Caminhada do Meio Dia, que ocorrerá no dia 22/07/2024, e no ciclo de palestras sobre o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25/07/2024), ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 5*** – Protocolo nº 22.144.723-9 – informação nº 89/2024/NFS – SEMIPI – disponibilidade de recursos orçamentários – retorno da SEMIPI, ***Parecer da Comissão***: Ciente, ***Parecer do CEDM***: Ciente; **5.4) Comissão de Legislação e Normas**: Conselheiras presentes: Ana Cláudia Marochi (SINDIEDUTEC), Jane Lobato Vasques (SEJU), Demais presentes: Kaomi Maltez Alves, Gabrielle Collatusso, reunião ocorrida em 01 de julho de 2024, ***Pauta 1*** – Regimento Interno do CEDM - Apresentar cronograma de trabalho para discussão ponto a ponto em comissão e Indicar no documento a convergência e a divergência das contribuições das conselheiras. Cronograma de trabalho de Revisão do Regimento interno do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, 1 - Primeira etapa: a) Envio de sugestões das Conselheiras, b) Identificação pontos passíveis de alteração; 2 - Segunda etapa: a) Elaboração de proposta de redação pela equipe técnica da SEMIPI; 3 - Terceira etapa: a) Apresentação da proposta na comissão de legislação e normas; Etapa final: a) Pedido de Convocação de reunião extraordinária do CEDM, b) Votação e aprovação do novo regimento interno em reunião extraordinária, ***Parecer da Comissão***: Diante do encerramento da primeira etapa, a comissão deliberou pelo retorno à SEMIPI até a reunião de comissão do mês de setembro, ***Parecer do CEDM***: Incluir etapa: socializar o material para análise das conselheiras antes da reunião extraordinária e sugestão de cronograma material enviado a todas em Setembro, alterações em Outubro e extraordinária Outubro ou Novembro, ***Pauta 2*** – Apreciação e discussão sobre os impactos da Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, que trata sobre o Plano de Metas para o Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar. https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.899-de-17-de-junho-de-2024-566193733. A Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024 dispõe sobre a implementação e elaboração de um plano de metas integrado, voltado ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, composto pela Rede de Enfrentamento e de Atendimento. Também modifica a Lei nº 13.675 de 2018, para que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) armazene dados para auxiliar nas políticas de combate à violência contra a mulher. Principais Pontos da Lei: 1. Elaboração de Plano de Metas: Estados, Distrito Federal e Municípios devem criar planos de metas decenais, atualizados a cada dois anos, para enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, 2. Rede Estadual de Enfrentamento e Atendimento: A composição da rede segue os termos da Lei Maria da Penha (Art.8°) e pode incluir órgãos de segurança, saúde, justiça, assistência social, educação, direitos humanos e organizações da sociedade civil, 3. Acesso a Recursos Federais: Apenas os entes federativos com planos de metas apresentados regularmente terão acesso a recursos federais relacionados à segurança pública e direitos humanos, 4. Conteúdo dos Planos de Metas: Os planos devem incluir ações de formação, treinamento, expansão de delegacias, monitoração eletrônica de agressores, programas de reeducação e acompanhamento psicossocial dos agressores, e outras medidas previstas por leis anteriores, como a Lei nº 14.164 de 2021, 5. Coordenação e Monitoramento: Definição de um órgão responsável pela coordenação e monitoramento da execução do plano de metas, 6. Alterações na Lei nº 13.675 de 2018: Inclusão do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher como prioridade no SINESP, garantindo a interoperabilidade dos dados com o Registro Unificado de Dados sobre Violência contra as Mulheres, 7. Prazo de Implementação: Estados e Distrito Federal têm um ano para aprovar seus planos de metas e serem habilitados ao recebimento de recursos federais, ***Parecer da Comissão***: Dar ciência ao pleno, às Secretarias de Estado que compõem o CEDM sobre o

contido na legislação e encaminhar à Comissão de Planejamento e Orçamento para providências necessárias na formulação do plano de metas, ***Parecer do CEDM***: Que seja encaminhado aos Conselhos Municipais, para ciência da lei. Encaminhar a SEMIPI para que nos traga subsídios e diretrizes de aplicação da lei e de recursos, ***Pauta 3*** – Protocolo N° 21.555.063-0, Ofício n° 06/2024 – CEDM/PR - Decreto – Lei nº 10086/2022 – Critério de Desempate de Licitação – Inclusão de pauta após discussão na comissão. Aprovado em reunião ordinária, às Comissões de Licitação das Secretarias Estaduais foram oficiadas para a ampla divulgação da norma que estabelece ações de equidade de gênero como critério de desempate nos processos licitatórios, delimitadas no Art.331, §1° do Decreto Estadual 10.086/2022. Em resposta, a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SEIC) fez alguns questionamentos sobre a aplicação da legislação, o qual foi remetido à PGE, após a SEMIPI que instruiu com a informação técnica n° 058/2024 SEMIPI/AT, que ressaltou a competência meramente sugestiva e respondeu aos questionamentos da SEIC, ***Parecer da Comissão***: A comissão deliberou pelo envio da informação técnica n° 058/2024 SEMIPI/AT em resposta aos questionamentos levantados pela SEIC. Posteriormente, sugere-se arquivamento, ***Parecer do CEDM***: Retorno de pauta para a comissão, para que seja melhor avaliada a nota da AT/SEMIPI, para apontar todas as contribuições que estão contempladas e definir para quem encaminhar a resposta. Indicar parâmetros gerais por parte da Comissão de Legislação e Normas; **5.5) Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**: Conselheiras presentes: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM), Carmen Regina Ribeiro (RFS), Carolina Poliquesi (SESA), Jociane Juliana Lino da Silva (SEDEF), Luciana Novaes (SESP), Demais presentes, Fernanda Heberle, Kaomi Maltez Alves, Eduardo Agostini, Sandra Paizani, Ana Claudia, reunião ocorrida no dia 27 de junho de 2024, ***Pauta 1*** – Criado grupo de trabalho para estruturar um plano de ação focado na formação de lideranças religiosas com vistas ao enfrentamento às violências contra as mulheres, composto pelas conselheiras: Presidente Ivanete Paulino Xavier, Maria Inez Barboza Marques, Mariana de Sousa Machado Neris, Jane Lobato Vasques. Convite enviado a outras participantes para o grupo de trabalho: Sueli Galhardi (Conselho Municipal da Mulher de Londrina), Pastora Tânia e Marceli de Camargo (CIAF, ex-conselheiras do CEDM). Convites foram enviados e tiveram o aceite das participantes, ***Parecer da Comissão***: Solicitar à conselheira Maria Inez que lidere a convocação de uma reunião on-line com as participantes deste grupo de trabalho, para estruturar um plano de ação a ser apresentado para o CEDM, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 2*** – Protocolo nº 21.163.643-2 – Funcionamento 24 horas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Após debate em plenária, o processo retornou para a comissão para maior aprofundamento, ***Parecer da Comissão***: Restitui-se à SESP o protocolo. Solicitar para delegada Luciana Novaes complementação à resposta dada pela SESP, com posicionamento e justificativa robusta acerca do funcionamento 24 horas das delegacias especializadas de Atendimento à Mulher, com dados de nº de atendimentos por turno e demais informações pertinentes que justifiquem o posicionamento frente ao pleito, ***Parecer do CEDM***: Aprovado, ***Pauta 3*** – Protocolo: 22.300.962-0 – Ofício 109/2024 CEDM. Ofício a SESP para encaminhar as cinco forças da polícia, com a proposição de incluir palestra no curso de formação com as temáticas sobre a mulher trans – Retorno SESP com convite ao CEDM, ***Parecer da Comissão***: Sugerir duas representantes enquanto ponto focal para trabalho conjunto com a equipe técnica da SESP, a fim de prever a contemplação da temática relacionada às pessoas trans nas capacitações dos profissionais, ***Parecer do CEDM***: Indicações das Conselheiras Renata Borges Branco e Bruna Ravena Braga dos Santos (Casa de Malhu), ***Pauta 4*** – Ofício nº 128/2024 – NUDEM – Adesão à Carta-Compromisso lançada no Observatório de Violências contra as Mulheres Indígenas no Estado do Paraná, realizado o envio de ofício de retorno junto com a nota pública, enviado ao Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências. Pautado novamente para que a Comissão proponha uma ação integrada inter-conselhos para equacionar a questão da violência contra mulheres e meninas indígenas (CEDM PR, CEAS PR, CEDCA PR, COPEDH PR, CES PR, CEE PR), ***Parecer da Comissão***: Consultar o NUDEM-PR sobre possíveis desdobramentos frente a carta e caso para que possamos ter ações conjuntas frente ao conteúdo da mesma. Igualmente verificar junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher se existem proposições mais amplas, no que tange a violência contra as mulheres indígenas as quais os Estados possam aderir, ***Parecer do CEDM***: Aprovado, ***Pauta 5*** – Protocolo n° 22.194.905-6 Novo Ofício MATRIA 42/2024 – Novo ofício encaminhado pela MATRIA questionando resposta do CEDM acerca dos questionamentos relacionados ao uso de banheiro por pessoas trans, para análise e resposta da Comissão, ***Parecer da Comissão***: A comissão entende que o posicionamento do CEDM já foi realizado e não cabe réplica de resposta, ***Parecer do CEDM***: Aprovado, ***Pauta 6*** - Protocolado n° 22.350.546-5 O CMDM de Londrina encaminha ofício nº Ofício 018/2024 contendo "Moção de Apoio ao Néias -

Observatório de Feminicídios Londrina", para conhecimento e apoio pelo CEDM. O Observatório de Feminicídios Londrina também apresenta estratégias de monitoramento e de prevenção contra a violência feminicida, ***Parecer da Comissão***: Resposta nos solidarizando, em concordância ao conteúdo da correspondência, com cópia para a Câmara de Vereadores, ***Parecer do CEDM***: Aprovado, ***Pauta 7*** – Protocolo n° 21.835.853-5 Trata - se de denúncia de discriminação de gênero do Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná – SINCLAPOL, ***Parecer da Comissão***: Ciente, solicita-se apensamento conforme tramitação, ***Parecer do CEDM***: Apensar os protocolos e arquivar, ***Pauta 8*** - Protocolo n° 22.085.394-2 – Solicitação, ao CONSEA, de avaliação sobre o fornecimento de alimentação através de contratos com empresas às penitenciárias do Estado, ***Parecer da Comissão***: CONSEA informou que vai elaborar documento a partir da plenária de junho a ser encaminhado para o DEPEN. Aguarda-se ainda posicionamento das demais entidades questionadas, ***Parecer do CEDM***: Aprovado, ***Pauta 9*** – Protocolo n° 22.085.636-4 – Solicitação a SESA de avaliação dos aspectos do relatório referentes à saúde das detentas e às questões sanitárias de forma a instrumentalizar o CEDM, além de sugerir e implementar medidas de correção dos aspectos identificados como incorretos ou deficitários, ***Parecer da Comissão***: Ciente. Solicita-se apensamento de todas as respostas referentes ao protocolo principal, ***Parecer do CEDM***: Aprovado; não tendo mais nada a tratar nesta pauta Maria Isabel passa para o próximo ponto de pauta; item seis; **6) Apresentação do Projeto Vida Nova, desenvolvido pelo Núcleo Estadual de Políticas sobre Drogas (SESP) e Centro de Reintegração Feminino de Piraquara do Departamento de Polícia Penal**: Renata Torres deseja bom dia a todas e todos diz que é uma alegria estar na reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, se apresenta dizendo que é Policial Penal há 16 anos e passa a palavra para suas colegas que estão também presentes, Zaira Sachetti deseja um bom dia a todas, fala que é um prazer ser convidada para apresentar esse projeto para o Conselho, o projeto Vida Nova que é encabeçado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, do Núcleo de Drogas, em parceria com o Instituto Impacto do qual ela é uma das fundadoras junto com a Sandra Frasson, conta que começaram esse trabalho no ano passado no Centro de Integração Social Feminino (CIS), que faz parte do Departamento de Penitenciária do Estado do Paraná, em Piraquara, e começaram com 30 mulheres privadas de liberdade escolhidas pela diretora do CIS, diz que são 30 mulheres que passam por 12 passos durante dois meses, 12 passos da sobriedade e do empoderamento feminino com dois palestrantes, ela e o funcionário público da Secretaria de Segurança, do Núcleo de Drogas, Sandra Frasson pede a palavra, diz que juntamente com Zaira Sachetti é cofundadora do Instituto Impacto, que tem como missão o desenvolvimento de projetos e programas que sejam vinculados aos objetivos do desenvolvimento sustentável no estado do Paraná, Renata Torres agradece Sandra e Zaira e diz que gostaria de falar de onde nasceu a ideia desse projeto, conta que surgiu da prática, do fazer no sistema prisional, onde 70% das meninas que estão lá presas, estão presas por tráfico, diz que 70% das mulheres presas, comparando com os homens, 40% estão presas por tráfico, fala que o que acontece é que a mulher está em casa cuidando da família e quando tem instrução penal, investigação, ou seja, quando a polícia entra em casa, muitas vezes a mulher está em casa e a droga está guardada na casa, juntamente com armas e crianças menores, portanto na hora do julgamento, as mulheres têm uma pena maior, as mulheres são severamente mais punidas do que os homens, explica que é daí que nasce esse projeto, a seguir Renata mostra um vídeo sobre o Projeto 12 Passos, após apresentação do vídeo fala que o objetivo deste projeto é dar ferramentas para as mulheres pensarem, refletirem sobre o que levou a estarem no ambiente de privação de liberdade e prepará-las para irem embora, porque são mulheres que estão quase indo embora com o benefício da tornozeleira eletrônica, então é muito importante esse projeto, conta que os resultados percebidos pelas mulheres que passaram pelo processo dos 12 passos foram muito benéficos, elas melhoraram em relação também ao convívio dentro da área de convívio delas, também foi valioso o trabalho sobre sobriedade, de como conseguir também identificar situações que as coloquem em risco, então para elas ficarem mais atentas também a algumas coisas que podem acontecer em liberdade, continua explanando que o objetivo principal do projeto Vida Nova é trabalhar a autoestima dessas mulheres para que elas se desviem desses erros durante o percurso da sua vida, tendo como o principal objetivo que elas não retornem ao ambiente de privação de liberdade, diz que essas mulheres vão voltar para a sociedade e de alguma forma, saber que esse projeto pode contribuir para que elas voltem melhores, com uma vida melhor, com um futuro melhor, isso tudo é muito gratificante, finaliza sua apresentação agradecendo a todas pela atenção e diz que fica a disposição, Maria Isabel agradece Renata, Zaira e Sandra pela apresentação, a Conselheira Rosalina Batista pede a palavra, dá os parabéns as integrantes da SESP, diz que a apresentação foi muito boa, que para o Conselho essa pauta trazida é muito importante, para que se possa divulgar as

ações que estão sendo feitas, conta que acompanha em Londrina cidade a qual reside, o abandono das mulheres presas na cadeia feminina de lá, diz que percebe que as mulheres quase não recebem visitas na cadeia enquanto os homens recebem muitas visitas de esposas, mães, então pensa ser muito importante esse projeto para dar um maior apoio para essas mulheres, a Conselheira Carmen Regina Ribeiro da Rede Feminista de Saúde (RFS) pede a palavra, parabeniza pelo projeto, conta que esteve no Centro de Integração Social (CIS) como conselho e pode assistir o local bem acolhedor, com boa estrutura, então diz que já tinha o conhecimento do projeto, pergunta quanto tempo faz que a SESP está em ação e se já têm algum indicador do alcance do projeto em relação às propostas que tinham, diz que viram no CIS que as mulheres, como não recebem esse apoio de fora, acabam ficando muito mais vulneráveis à ação do crime organizado, porque daí o crime organizado acaba fazendo o papel de família, no sentido de levar alguma coisa, ajudá-las, com isso, elas ficam amarradas na saída também, então, pensa que uma das coisas que seria muito importante é tentar quebrar essa corrente que se estabelece dentro da prisão já, indaga como que o conselho pode intervir, como pode ajudar, talvez na parte assistencial, com algumas campanhas, mais livros para a biblioteca, no que se pode avançar, Maria Isabel agradece Rosalina e Carmen pelas falas e diz que após todas as Conselheiras falarem Renata da SESP pode responder aos questionamentos, então passa a palavra para a Conselheira Renata Borges Branco (Casa de Malhu) que fala que a Renata da SESP é um desses presentes que o movimento conhece conta que conheceu a Renata em 2017, através do Conselho Regional de Psicologia, quando ela fazia parte do transgrupo e na época pode dizer que a política para as mulheres trans dentro do sistema prisional teve grande apoio da Renata e é muito ver que essa pauta das mulheres esteja avançando, diz que trabalha acompanhando muito a questão de mulheres em drogadição, em como essas mulheres são captadas, são aliciadas pelo tráfico, então não pode deixar de citar esse trabalho lindo feito com o Projeto Vida Nova com os ciclos de palestras, mas gostaria de perguntar se essas mulheres que participam desse projeto, se elas são assistidas com apoio psicológico porque não pode se deixar de falar da saúde mental dessas mulheres pois já que elas vão ser reintegradas na sociedade precisa trabalhar essa questão, finaliza a fala agradecendo e parabenizando a Renata da SESP, Maria Isabel agradece a conselheira Renata e passa a palavra para a Conselheira Carolina Poliquesi (SESA), Carolina diz que primeiramente gostaria de fazer coro às falas em relação ao trabalho da Renata da SESP e de todas as pessoas que especialmente trabalham com a população privada de liberdade, fala que a Renata teve participações em ações da Polícia Militar quando todas as Secretarias de Estado foram convocadas e envolvidas, então enaltece a questão de que muitas mulheres hoje, como a Renata, trabalham não só com a responsabilidade profissional mas também com as missões, as lutas e bandeiras que levantam, diz que enquanto Conselho não se pode esquecer desse projeto no Plano Estadual, pensa que isso está entrelaçado de alguma forma, finaliza dizendo que fica a disposição caso em algum momento do projeto achem que é importante, ou que é necessário, ou queiram a participação em conjunto com a equipe da SESA, talvez para falar de direitos sexuais reprodutivos, de planejamento sexual reprodutivo, de acesso aos serviços de saúde, de como que os serviços de saúde podem também ser território de apoio para essas mulheres no momento que elas saírem da situação de privação de liberdade, nesse sentido no projeto diz que fica à disposição, Maria Isabel agradece Carolina, Dra. Helena Grassi Fontana da Defensoria Pública pede a palavra diz que é uma alegria estar presente nesta reunião, em substituição a Dra. Mariana Martins Nunes, fala que gostaria de parabenizar pelo Projeto Vida Nova, que toda a iniciativa que vem a contribuir para a mulher ser reconhecida e recolocada especialmente quando ela já está numa situação tão vulnerabilizada como é o sistema prisional, é muito importante, diz que aproveitando a oportunidade fica a disposição para o que a Defensoria puder contribuir nesse ponto, como no que citaram sobre remissão da pena, para a Defensoria fazer essa articulação, ou contribuir também com alguma nota técnica para o reconhecimento de que a remissão da pena para a mulher é considerada a economia do cuidado, porque ela cuida da família, cuida dos filhos, cuida de tudo que está à sua volta praticamente, finaliza sua fala dizendo que a Defensoria fica então à disposição, para colaborar seja com nota técnica para o reconhecimento desse projeto como uma forma de trabalho, pois sabe que para o homem é muito mais fácil, tem vários projetos, tem várias formas de remissão e para a mulher é sempre mais difícil esse reconhecimento, Maria Isabel agradece Dra. Helena e diz que como não tem mais inscrições de fala Renata da SESP pode colocar suas contribuições, Renata primeiramente fala sobre a questão do recurso, diz que quando se fala em empréstimo, pensa que seja R$ 20.000,00 (vinte mil reais), R$ 30.000,00 (trinta mil reais), mas não, é coisa de R$ 1.000,00 (hum mil reais), R$ 2.000,00 (dois mil reais), fala que deve se imaginar sair com uma tornozeleira eletrônica, um par de havaianas e uma troca de roupa, então a partir do Projeto se consegue roupa, calçado, maquiagem, e essas mulheres

conseguem tirar o uniforme do sistema prisional e isso é muito representativo, então com relação aos recursos fala que se tem um sonho, uma meta, que ainda não se conseguiu alcançar, que talvez seja o momento hoje de pedir apoio para o Conselho, para que acessem no Paraná Fomento, o Fomento Mulheres, que talvez seja um caminho para conseguir o recurso, um empréstimo de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), porque imaginem sair do sistema prisional com uma tornozeleira eletrônica e após 15 dias ter uma conta de luz para pagar, querer fazer um bolo para os seus filhos, para os seus netos e não ter dinheiro, com relação a colaboração oferecida por Dra Helena da Defensoria Pública diz que sim, que se conseguir aproximar para uma nota técnica, reforça dentro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF) do Tribunal de Justiça que é o que faz essa interlocução com as unidades e com as várias ações de execução penal para fazer a remissão, então seria muito importante essa nota técnica, com relação ao Plano Estadual de Mulheres que a Conselheira Carolina Poliquesi citou, e que está em construção, diz que deixa uma sugestão para que chamem o Núcleo Estadual de Drogas no qual ela trabalha para compor, pois muitas vezes os Conselhos chamam as corporações, a Polícia Civil, a Escola das Polícias Militares (EPM) e o Departamento de Polícia Penal do Estado (DEPEN), com relação ao que a Conselheira Carmen Ribeiro trouxe que seria no que o Conselho pode ajudar, diz que seria dando o apoio para empregabilidade, educação, porque enquanto a mulher está presa, enquanto ela está cativa se consegue dar trabalho lá dentro, com relação a questão da saúde mental trazida pela Conselheira Renata Borges, fala que a tem uma psicóloga maravilhosa lá na unidade prisional, e também psiquiatria conseguem ter, porém na hora em que a mulher sai para o território, aí várias políticas públicas se perdem, conta que existe o Núcleo de Atendimento Pessoal à Pessoa Monitorada localizado no bairro Atuba, e lá as mulheres tem algum apoio, conta que além desse Projeto dos 12 passos tem também uma proposta de ampliação um pouco das atividades, de atendimentos, olhando para essa mulher em todo o ciclo, porque não adianta trabalhar essa mulher internamente, mas a sociedade não ser trabalhada para isso, portanto precisa também atuar nesse processo de sensibilização, finaliza a fala agradecendo a todas pelo acolhimento nessa reunião do Conselho, Maria Isabel agradece Renata, Zaira, Sandra, diz que esse Conselho acolhe essa pauta, que é uma pauta que sempre mobiliza muito as Conselheiras pois esse Conselho luta por uma política para todas as mulheres, diz que as três estão sempre convidadas a vir a este Conselho, porque é muito bom quando se vê projetos desse nível, vê que os desafios são muito grandes também, e agradece muito a presença delas, fala para que sintam-se convidadas a continuar na reunião, ou se tiverem que sair também fiquem à vontade e prossegue passando para o próximo ponto de pauta; item sete; **7) Informes da Secretaria de Estado da Mulher Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI)**: Adriana Siuta Lemos se apresenta, diz que é Assistente Social de formação, hoje está na coordenação de Fomento ao Protagonismo Feminino na Diretoria de Políticas para Mulheres da SEMIPI, e também é Conselheira Suplente da SEMIPI, conta que é servidora do município de Colombo porém está cedida para o Estado desde março do ano passado, inicia então os informes gerais da SEMIPI, conta que nos dias entre 11 e 13 de junho, teve a Conferência Estadual dos Povos Tradicionais, que aconteceu em Foz do Iguaçu, tendo como objetivo estabelecer um espaço democrático e participativo, reunindo representantes do governo e da sociedade civil organizada, a fim de realizar um debate amplo em relações políticas públicas relacionadas a esse público, diz que irá solicitar um relatório quantitativo para a Diretoria de Igualdade Racial para que possa apresentar para o Conselho o número de pessoas, municípios e Conselhos Municipais que participaram, continua falando que entre os dias 18 e 21 de junho em Maringá ocorreram os jogos da integração da pessoa idosa, com a presença de mais de 800 pessoas com 60 anos ou mais e 100 profissionais de educação física de 43 municípios, aconteceu na Vila Olímpica de Maringá, no noroeste do estado, os idosos(as) tiveram atividades e iniciações esportivas, oficinas de vôlei de câmbio, vôlei no escuro, vôlei de praia, basquete, relógio, handebol adaptado e a segunda etapa será realizada no litoral, do Estado do Paraná de 8 a 13 de novembro, informa que teve o fechamento da Caravana Paraná Unido Pelas Mulheres no município de Foz do Iguaçu, quando aconteceram os quatro episódios com a temática do fortalecimento da rede de proteção em enfrentamentos da violência contra as mulheres, com a participação de cinco Secretarias de Estado, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), a Secretaria da Saúde (SESA), a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJU), a Secretaria de Segurança Pública (SESP) e também a Defensoria Pública (DP) e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), diz que ainda não foi feita a tabulação de todos os dados, mas na próxima reunião trará o número de municípios que participaram e número de pessoas participantes também, continua informando que acontecerá a segunda edição da Caminhada do Meio-dia, que foi confirmada para o dia 22 de

julho, dia este decretado, o “Dia Estadual de Combate ao Feminicídio”, conta que para este evento estão sendo mobilizadas diversas pessoas, entre homens, mulheres, crianças, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças religiosas, essa Caminhada é feita em memória das vítimas de feminicídio em todo o Paraná, com a exibição de cartazes, balões e bexigas, pedindo a sensibilização da população na rua, diz que será realizada em Curitiba e simultaneamente em diversos municípios do Estado, ela iniciará as onze e trinta horas tendo como ponto de encontro a Praça Santos Andrade e seguirá até a “Boca Maldita”, ressalta que no ano passado a primeira edição contou com a participação de mais de 100 municípios do Estado, contou também com a presença da ex - modelo e ativista Luísa Brunet, que teve um “peso” para esta ação e a mesma virá novamente neste ano, conta que foi encaminhado também o convite para esse Conselho para o lançamento do projeto Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino, que é um projeto em parceria com o Conselho, com a SEMIPI e com a Unicentro de Guarapuava, este lançamento ocorrerá no dia 4 de julho, e vai contar com a presença do Governador do Estado, fala que também no dia 4 de julho acontecerá a assinatura do protocolo de intenções com o município de Inácio Martins e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional (CONDER), para implantação e implementação da cooperativa de mulheres no Vale do Pinhão, que são produtos feitos com o pinhão e também a assinatura da ordem de serviço para a construção já do barracão da agro indústria, finaliza dizendo que seriam esses os informes, Maria Isabel agradece Adriana pelos informes e passa para o próximo ponto de pauta; item oito; **8) Palavra das Conselheiras**: A Conselheira Rosalina Batista pede a palavra fala que faz parte do Conselho Municipal da Saúde em Londrina e na semana passada teve uma situação bem difícil, conta que o prefeito de Londrina enviou um projeto de lei para a Câmara para retirar recursos da área da saúde para aumentar o salário dos guardas municipais, diz que esse Projeto de Lei não passou pelo Conselho Municipal da Saúde, portanto o mesmo se mobilizou, foi para a Câmara de Vereadores e foi muito mal recebido lá, não deixaram nem permanecerem na plenária, os colocaram em uma sala com telão para que assistissem de lá e o projeto foi aprovado com 13 votos a favor e 5 contra, portanto o recurso vai ser retirado da saúde e sabe-se que pela lei estadual 142 o recurso da saúde não pode ser destinado para outro fim, fala que traz esta questão para este Conselho e assim que obtiver mais informações vai repassar ao Conselho, Maria Isabel agradece Rosalina, diz que presta solidariedade à sua luta, porque é inconstitucional realmente isso, você tirar recursos da saúde para colocar em outra área, qualquer que seja, a Conselheira Márcia Aparecida de Oliveira Neves pede a palavra, diz que as trabalhadoras da educação infelizmente têm sofrido com as políticas, conta que no pós-greve tiveram a notícia do desconto de três dias por conta da greve e não conseguiram negociar, foi a primeira vez que não foram negociadas essas faltas, então vivem um período grave de intransigência, conta que as professoras não foram para greve por salário, embora estejam com o salário defasado ganhando abaixo do piso salarial nacional, porque o piso precisa ser aplicado na tabela, em todos os seus níveis, então fala que traz novamente para esse Conselho essa preocupação e faz apelo de ajuda para a representante da Secretaria de Educação deste Conselho para uma intervenção, porque estão pedindo para repor as aulas e poder receber, finaliza dizendo que vão levar essa situação também para as mesas de negociações e é importante este conselho saber disto, Maria Isabel agradece Márcia diz que é bem tocante mesmo essa situação e esse Conselho é solidário à sua luta, a Conselheira Ana Claudia Justino Sérgio Gianni (RMN) pede a palavra, diz que gostaria de usar esse espaço para convidar todas para participar das atividades do “Julho das Pretas”, que é uma agenda propositiva, que trata da conjuntura da mulher negra e, sobretudo, o bem viver da mulher negra, o protagonismo, conta que durante todo o mês, iniciando com a Rede de Mulheres Negras, vão ter várias ações, então pede para que todas as Conselheiras acompanhem as redes sociais da Rede de Mulheres Negras do Paraná, que lá, diariamente, vão estar postando as atividades que irão acontecer ao longo das semanas e diz que todas as Conselheiras estão convidadas, Maria Isabel agradece Ana Claudia, diz que assim que ela puder que compartilhe nas redes o link da programação e o link do Instagram, a Conselheira Renata Borges Branco pede a palavra, diz que estará pedindo a desincompabilização do CEDM, visto que irá concorrer para vereadora em Apucarana, colocando seu nome dentro desse cenário democrático, agradece a todas as mulheres desse Conselho pela força que tem dado a ela, diz que são mulheres potentes, são mulheres da luta, tanto as representantes da Sociedade Civil como as representantes do Estado, a Presidente Interina Maria Isabel agradece e deseja muito boa sorte e êxito para Renata, vai finalizando a reunião dizendo que é muito bom ver tantas mulheres com tantas pautas diferentes, das mulheres encarceradas, indígenas, que esse Conselho seja essa casa que acolhe todas essas pautas e tantas outras que vierem, e que possam de fato responder aos anseios dessas mulheres, porque são diversas e não podem ficar dispersas, devem estar juntas

apesar da sua diversidade pois isso as faz fortes, vai finalizando dizendo que venceram a pauta dessa reunião em tempo hábil, parabeniza todas as Comissões Permanentes pelo trabalho desenvolvido, que em breve terão que formar outra Comissão que é a Comissão de Organização da Conferência, finaliza dando um abraço de luz a todas, desejando que o mês de julho seja bem proveitoso e feliz, agradece novamente a todas as Conselheiras, Convidadas(os), Colaboradoras(es), dando por encerrada a Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada por Sandra Cristina Hey Paizani Assessora da SEMIPI, e será encaminhada as Conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDM/PR.